Processo TC 022.853/2015-4 (com 428 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em razão de irregularidades na execução do Convênio 700.990/2008 (peça 1, pp. 77/94), celebrado com o Instituto Mineiro de Desenvolvimento (nova denominação: Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania – IMDC), cujo objeto era apoiar a elaboração e a execução de pesquisa, plano de *marketing*, promoção e divulgação dos produtos da Região Sudeste, conforme o plano de trabalho aprovado.

Mediante o Acórdão 4.799/2019-1ª Câmara (peça 181), proferido em 25/6/2019, foi apreciado o mérito da TCE, ocasião em que, entre outras providências, foi decidido (grifou-se):

9.2. rejeitar, em parte, as razões de justificativas apresentadas por Luiz Humberto Vilela Costa e Manoelina Pereira Medrado;

(...)

9.9. aplicar, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, **multa individual aos responsáveis abaixo indicados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento**, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Sanção Pecuniária Individual (R\$)
Mario Augusto Lopes Moyses	30.000,00
Sérgio Flores de Albuquerque	30.000,00
Roberta Bastos Carneiro Campos	20.000,00
José Osmar Fernandes Cavalcante	10.000,00
Luiz Humberto Vilela Costa	10.000,00
Manoelina Pereira Medrado	10.000,00

9.10. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

Manoelina Pereira Medrado (peça 225) e outros responsáveis (peças 223, 224, 226, 262 e 265) interuseram recursos de reconsideração contra o Acórdão 4.799/2019-1ª Câmara, que foram julgados pelo Acórdão 18.190/2021-1ª Câmara, proferido em 9/11/2021, nos seguintes termos (peça 317, grifou-se):

9.1. nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer dos recursos de reconsideração apresentados por Roberta Bastos Carneiro Campos, Luiz Humberto Vilela Costa, Manoelina Pereira Medrado, Sérgio Flores de Albuquerque, Mario Augusto Lopes Moyses e Mark Up Participações e Promoções Eireli para, no mérito:

9.1.1. **negar provimento aos recursos interpostos por** Mark Up Participações e Promoções Eireli, Luiz Humberto Vilela Costa e **Manoelina Pereira Medrado**;

9.1.2. dar provimento parcial aos recursos interpostos por Sérgio Flores de Albuquerque, Mario Augusto Lopes Moyses e Roberta Bastos Carneiro Campos e, com base no art. 281, do

Regimento Interno do TCU, estender esse entendimento a José Osmar Fernandes, de forma a conferir a seguinte redação ao subitem 9.9 do Acórdão 4.799/2019-1ª Câmara:

“9.9. aplicar, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, multa individual aos responsáveis abaixo indicados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

<i>Responsável</i>	<i>Sanção Pecuniária Individual (R\$)</i>
<i>Mario Augusto Lopes Moyses</i>	<i>25.000,00</i>
<i>Sérgio Flores de Albuquerque</i>	<i>16.000,00</i>
<i>Roberta Bastos Carneiro Campos</i>	<i>16.000,00</i>
<i>José Osmar Fernandes Cavalcante</i>	<i>8.000,00</i>
<i>Luiz Humberto Vilela Costa</i>	<i>10.000,00</i>
<i>Manoelina Pereira Medrado</i>	<i>10.000,00</i>

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

A responsável Manoelina Pereira Medrado, após ser notificada do Acórdão 18.190/2021-1ª Câmara (peças 332 e 356), ingressou com petição nos autos, **protocolada em 18/2/2022**, em que alegou, em síntese, que (peça 358), ao tentar emitir a Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento da multa, foi estabelecido o valor de R\$ 11.801,62, que estaria incorreto, pois, nos termos do art. 269 do Regimento Interno do TCU, a atualização monetária só se aplica ao valor da multa em caso de pagamento após o vencimento, o qual só ocorreria em **22/2/2022**, uma vez que a responsável foi notificada da deliberação em **7/2/2022**. Assim, requereu a emissão de GRU no valor de R\$ 10.000,00, sem atualização monetária, pois sua intenção era pagar o valor da multa dentro do prazo regimental.

No dia **22/2/2022**, a Chefe de Serviço Substituta do Serviço de Controle dos Efeitos de Deliberações (Secef/Seproc) instruiu os autos e, após invocar os entendimentos contidos nos Acórdãos 231/2002-Plenário e 1.336/2020-Plenário, formulou a seguinte proposta de encaminhamento (peça 359):

11. Ante o exposto, submeto à consideração do Gabinete do Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues, via MP/TCU, para:

11.1. **Indeferir** o pedido da Sra. Manoelina Pereira Medrado (813.428.531-72) em recolher a multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 4799/2019-1ª Câmara, peça 181, sem atualização monetária, por falta de amparo legal;

11.2. **Informar** à Sra. Manoelina Pereira Medrado (813.428.531-72) que cabe a atualização monetária de dívidas decorrentes de multa ou de ressarcimento impostas pelo Tribunal, durante o prazo de apreciação de recurso com efeito suspensivo, no caso de improvimento, a incidir desde a data do acórdão condenatório ou da ocorrência do dano, respectivamente, até o dia do efetivo pagamento.

Nesse mesmo dia de **22/2/2022**, a responsável Manoelina Pereira Medrado juntou aos autos o comprovante de pagamento da multa, no valor de R\$ 11.801,62, e destacou que **“o sobredito pagamento está sendo realizado tempestivamente, uma vez que esta solicitante fora cientificada da decisão na data de 07/02/2022, com prazo de quinze dias para o devido pagamento, o qual findar-se-á na data de hoje, 22/02/2022”** (peça 360, grifou-se).

Após a prolação do Acórdão 1.111/2022-1ª Câmara (peça 361), que acolheu embargos de declaração opostos por Sérgio Flores de Albuquerque e Roberta Bastos Carneiro Campos contra o Acórdão 18.190/2021-1ª Câmara, foram efetuadas as comunicações pertinentes (peça 421) e foi atestado o trânsito em julgado para os responsáveis Mario Augusto Lopes Moyses, Luiz Humberto Vilela Costa,

IMDC, Deivson Oliveira Vidal e Mark Up Participações e Promoções Eireli (peça 425).

Em **19/6/2023**, a Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) instruiu os autos e formulou a seguinte proposta de encaminhamento (peças 427 e 428):

8. Ante o exposto, propomos o encaminhamento destes autos ao MP/TCU para pronunciamento e posterior remessa ao Gabinete do Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues, com proposta de:

8.1. indeferir o pedido de pagamento da multa sem qualquer atualização monetária, apresentado pela Sra. Manoelina Pereira Medrado (peça 358), por falta de amparo legal;

8.2. com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do RITCU, expedir quitação à Sra. Manoelina Pereira Medrado, ante ao recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada, nos termos do item 9.9 do Acórdão 4.799/2019-TCU-1ª Câmara, alterado pelo Acórdão 18.190/2021-TCU-1ª Câmara (peça 317).

9. Após a expedição de quitação e efetuadas as comunicações pertinentes, o processo pode ser encerrado, com fundamento no Art. 169, V, do RITCU.

II

O Ministério Público de Contas diverge da proposta de encaminhamento formulada pela unidade técnica, pois considera que merece ser deferido o pedido de pagamento da multa sem atualização monetária formulado por Manoelina Pereira Medrado, ante seu recolhimento antes do vencimento.

Inicialmente, deve-se acolher o argumento da responsável de que o prazo para pagamento da multa tinha vencimento em 22/2/2022, ou seja, quinze dias após a data de 7/2/2022, contados na forma dos arts. 183, inciso III, e 185 do Regimento Interno do TCU.

Embora o carimbo de entrega contido no aviso de recebimento à peça 356 esteja datado de 4/2/2022 (sexta-feira), consta do mesmo documento que a primeira tentativa de entrega da notificação foi realizada em 7/2/2022 (segunda-feira). Ante a clara incoerência contida no aviso de recebimento, deve ser adotada a data mais benéfica para a responsável, que é 7/2/2022. Ademais, mesmo que a entrega da notificação tenha ocorrido em 4/2/2022, o requerimento formulado pela responsável para exclusão da correção monetária sobre a multa foi tempestivo, pois foi protocolado em 18/2/2022 (peça 358).

Pois bem, partindo do pressuposto de que a notificação da responsável acerca do Acórdão 18.190/2021-1ª Câmara ocorreu em 7/2/2022, o vencimento do prazo para quitação da multa era no dia 22/2/2022. Antes disso, não se pode dizer que a dívida da responsável estava vencida, pois o recurso de reconsideração por ela interposto suspendeu os efeitos dos itens 9.2, 9.9 e 9.10 do Acórdão 4.799/2019-1ª Câmara, nos termos do exame de admissibilidade contido às peças 278, 282 e 284. A dívida de multa, portanto, ainda não era exigível, em razão do efeito suspensivo do recurso.

O efeito suspensivo, típico do recurso de reconsideração tempestivo, impede a produção de efeitos da condenação. Entre os efeitos que ficam suspensos, destacam-se aqueles previstos no art. 214, inciso III, alíneas “a” e “b”, do Regimento Interno do TCU, quais sejam:

Art. 214. A decisão definitiva publicada nos órgãos oficiais constituirá:

(...)

III – no caso de contas irregulares:

a) **obrigação de o responsável, no prazo de quinze dias, provar, perante o Tribunal, o pagamento da quantia correspondente ao débito que lhe tiver sido imputado ou da multa cominada;**

b) **título executivo bastante para a cobrança judicial da dívida decorrente do débito ou da multa, se não recolhida no prazo pelo responsável;**

(...)

Desse modo, se os efeitos do item 9.9 do Acórdão 4.799/2019-1ª Câmara foram suspensos, então a obrigação de pagar a multa no prazo de quinze dias da notificação dessa deliberação estava suspensa. Isto é, o prazo de quinze dias fixado pelo item 9.9 do Acórdão 4.799/2019-1ª Câmara, que se fundamenta no art. 214, inciso III, “a”, do RI/TCU, não estava correndo, justamente em função do efeito suspensivo do recurso interposto.

Esse prazo só passou a fluir após a responsável ser devidamente notificada do Acórdão 18.190/2021-1ª Câmara. Saliente-se que, no Ofício 598/2022-TCU/Seproc, de 17/1/2022, ficou expresso que “*a multa aplicada, no valor de R\$ 10.000,00, deverá ser recolhida, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento desta comunicação, ao Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7*” (peça 332, grifou-se). Como a comunicação foi recebida em 7/2/2022, o prazo para pagamento era até 22/2/2022.

Tendo em vista que o recolhimento da multa ocorreu no dia 22/2/2022 (peça 360, p. 2), o pagamento foi tempestivo, ou seja, foi realizado dentro do prazo de vencimento da obrigação. Nesse caso, não é devida atualização monetária, como expressamente estipulado pelo art. 59 da Lei 8.443/1992 (aplicável analogicamente à multa do art. 58 da Lei Orgânica) e pelo art. 269 do Regimento Interno do TCU, a seguir reproduzidos (grifou-se):

Art. 59. O débito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal de Contas da União nos do art. 57 desta Lei, quando pago após o seu vencimento, será atualizado monetariamente na data do efetivo pagamento. (Lei 8.443/1992)

Art. 269. O débito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal, nos termos do artigo anterior, quando pago após o seu vencimento, será atualizado monetariamente desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo pagamento. (RI/TCU)

Registre-se que, antes do vencimento da obrigação, o devedor não pode ser considerado em mora. É o que se depreende dos arts. 394 e 396 do Código Civil, transcritos a seguir (grifou-se):

Art. 394. Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.

(...)

Art. 396. Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.

Ao não quitar a multa no prazo de quinze dias da notificação do Acórdão 4.799/2019-1ª Câmara, a responsável não incorreu em nenhuma falta ou omissão, pois estava devidamente amparada pelo efeito suspensivo do seu recurso de reconsideração. Enquanto a obrigação estava suspensa, não se pode considerar que a responsável estava em mora, ou inadimplente. Portanto, no momento em que a multa foi paga (22/2/2022), a dívida ainda não estava vencida e não havia mora por parte da devedora, o que tornava inaplicável a atualização monetária.

Para defender a necessidade de atualização monetária no caso em apreço, a Seproc invocou o seguinte entendimento contido no Acórdão 1.336/2020-Plenário, prolatado em 27/5/2020 (grifou-se):

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que expeça as seguintes orientações às unidades técnicas do TCU quanto à interpretação do art. 269 do RI/TCU, realizando os ajustes cabíveis no Manual de Cobrança Executiva:

9.3.1. o débito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal, quando pago após o seu vencimento, deve ser atualizado monetariamente desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo pagamento, inclusive no caso de provimento parcial de recurso com a consequente redução no valor da multa, salvo se outra condição tiver sido prevista na deliberação que conferiu provimento parcial do recurso;

9.3.2. nos termos do art. 23 da LINDB, a regra acima deve ser aplicada somente aos casos

para os quais ainda não houve, até esta data, o pagamento integral da dívida atualizada pelos responsáveis ou expedição de quitação da multa por meio de deliberação do TCU.

Note-se que, nos termos do item 9.3.1 do Acórdão 1.336/2020-Plenário, o valor decorrente de multa deve ser atualizado monetariamente “*quando pago após o seu vencimento*” (grifou-se). Ocorre que, como demonstrado neste parecer, o valor da multa foi pago antes do seu vencimento, o que impede a cobrança de atualização monetária.

Sendo assim, merece ser deferido o pedido formulado por Manoelina Pereira Medrado em 18/2/2022 para que não incida atualização monetária sobre a multa paga tempestivamente, pois encontra amparo legal e regimental. Como a proposta de encaminhamento à peça 359 não foi submetida, à época, ao MP de Contas, tendo sido efetuado o recolhimento da multa com atualização monetária, entende-se que deve ser expedida quitação à responsável e deve ser reconhecido em seu favor o crédito de R\$ 1.801,62, na data de 22/2/2022, ante o recolhimento a maior da sua dívida.

III

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas manifesta-se no sentido de o Tribunal:

a) deferir o pedido formulado por Manoelina Pereira Medrado para que não incida atualização monetária sobre a multa paga de forma tempestiva, com fundamento no art. 59 da Lei 8.443/1992 (por analogia) e no art. 269 do Regimento Interno do TCU;

b) expedir quitação a Manoelina Pereira Medrado, ante ao recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo item 9.9 do Acórdão 4.799/2019-1ª Câmara e que foi mantida pelo Acórdão 18.190/2021-1ª Câmara;

c) reconhecer o crédito de R\$ 1.801,62, com data de referência em 22/2/2022, em favor da responsável Manoelina Pereira Medrado, ante o recolhimento a maior da sua dívida, nos termos da Portaria Conjunta Segecex-Segedam 1/2021;

d) dar ciência da deliberação que vier a ser proferida a Manoelina Pereira Medrado.

Brasília, 27 de Junho de 2023.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador